

# Sachs sugere uma moratória dos juros

A medida deveria ser tomada já em setembro, sem criar situação de confronto

ROLF KUNTZ

O governo brasileiro deveria suspender o pagamento dos juros devidos aos bancos estrangeiros já em setembro, segundo o economista norte-americano Jeffrey Sachs, professor da Universidade de Harvard, consultor do governo boliviano e um dos que trabalham no planejamento econômico do futuro governo polonês. Não é o caso, segundo Sachs, de se criar uma situação de confronto. Basta não pagar e indicar aos credores a impossibilidade de se realizar a remessa, em vista das limitações das reservas e do risco da hiperinflação. As acrobacias do governo para obter empréstimos destinados a pagar empréstimos bastam para mostrar, disse Sachs, como foi "horrível" o acordo firmado em 1988 com os bancos estrangeiros.

Sachs chegou ontem cedo a São Paulo, participou de um seminário internacional sobre hiperinflação e o futuro da América Latina, promovido pelo Instituto Fernand Braudel de Economia Mundial, e à noite viajou para a Polônia. Proferiu seu julgamento sobre o governo do presi-

dente José Sarney — "uma catástrofe" —, manifestou ceticismo quanto à possibilidade de uma política séria de ajuste na atual administração e indicou as mudanças necessárias à arrumação da economia brasileira:

— Dar maior eficiência ao sistema tributário. Isso implica cobrar impostos dos ricos.

— Reduzir o peso da dívida externa. Com a diminuição do envio de recursos ao Exterior, o superávit comercial necessário diminuirá, o Banco Central precisará absorver menor volume de dólares, os juros internos poderão cair e será mais fácil administrar a dívida pública interna.

— Cortar os subsídios, especialmente os concedidos à indústria.

A política de ajuste pode ainda incluir, segundo Sachs, a privatização de empresas e a redução do pessoal empregado no setor público, mas os pontos básicos são os três inicialmente enumerados.

A dívida interna, disse, deve ser honrada, pois um repúdio teria um efeito "cataclísmico", afetando profundamente a confiança nos papéis públicos. Será necessário, acrescentou, mudar o esquema de rolagem da dívida do Tesouro, hoje inteiramente renegociada em prazo curtíssimo, mas isso será facilitado pela adoção de uma política de ajuste fiscal.



Maurilo Clarêto/AE

Sachs: da Universidade de Harvard: "Reduzir o peso da dívida"

Enquanto esse ajuste não se realizar, não se eliminará, segundo Sachs, o principal obstáculo ao crescimento da economia brasileira: a redução da taxa de poupança. A capacidade nacional de investimento caiu nos anos 80 principalmente porque o setor público, ao incorrer em grandes déficits, passou a ter uma taxa negativa de poupança.

Outras opiniões de Jeffrey Sachs:

— A dívida externa é um fator importante, mas não a causa fundamental da inflação no Bra-

sil e em outros países latino-americanos. A inflação resulta principalmente de problemas internos, como o déficit público.

— Os débitos dos países subdesenvolvidos não são um risco fundamental para os bancos. Os brasileiros podem negociar duramente, sem se preocupar com a saúde dos credores.

— Se o governo brasileiro negociar com firmeza, conseguirá melhores condições que as atuais.

— John Reed, presidente do

Conselho do Citicorp, é um "tremendo chefe executivo", mas seu interesse não é o do Brasil.

— Qualquer programa saudável de estabilização envolverá uma redução dos pagamentos da dívida. O governo poderia simplesmente dizer: "Não podemos pagar juros líquidos este ano. Refinanciem-nos".

— O presidente Carlos Saúl Menem, da Argentina, começou corajosamente, mas não há segurança, ainda, quanto à continuação das reformas necessárias. Uma das mudanças indispensáveis à Argentina: fazer o rico pagar imposto de renda.

— O economista Luiz Carlos Bresser Pereira é um bom sujeito e começou um eficiente trabalho como ministro da Fazenda. A moratória de Bresser (em fevereiro de 1987) foi um passo certo.

— Um contraste: o presidente José Sarney chegou a dar tudo para ganhar mais dois anos de governo e agora está disposto a sair antes do prazo.

Sachs considera que o governo Carlos Menem está no caminho correto para combater a hiperinflação. A desvalorização cambial e o aumento das tarifas públicas foram um bom começo. Ainda não há sinais, porém, de uma abertura da economia argentina para o Exterior — o que é fundamental na sua estratégia

— e de uma reforma tributária para valer. "O plano Bunge y Born não fala em nenhuma dessas coisas", adverte ele — sem disfarçar uma crítica à participação desse poderoso grupo empresarial no comando da política econômica argentina.

Sachs passou pouco mais de 12 horas em São Paulo. Embarcou no mesmo dia para a Polônia, onde irá participar da montagem da equipe econômica do novo governo, como assessor do Solidariedade. Ele considera que, em muitos casos, a economia polonesa se parece com a argentina ou a brasileira: dívida externa alta, inflação elevada (50% em agosto), orçamentos desequilibrados, Estado falido, etc. "O grande desafio, porém, será corrigir tudo isso numa economia que não é de mercado", destaca.

O economista norte-americano tem sugestões ousadas para a Polônia. Entre elas, incentivar a abertura de empresas privadas, liberar importações e exportações, impor uma reforma tributária e até criar uma Bolsa de Valores. Ele diz que já há um grupo interessado em instalar uma fábrica de cigarros na Polônia e aí montar uma base de exportações para toda a Europa. Segundo Sachs, condições para uma arancada da Polônia não faltam. A mão-de-obra é barata e qualificada e a localização do país é extremamente favorável.